

Resenha Bibliográfica 1

Sergio Buarque de Hollanda Filho

Professor do Departamento de
Economia da FEA-USP

LANDES, David S. A Riqueza e a Pobreza das Nações. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

A enorme desigualdade na distribuição de renda (entre indivíduos e entre regiões) é, possivelmente, o problema mais grave da economia brasileira moderna. No mundo, o abismo que distancia as nações mais pobres das mais ricas provoca semelhante aflição. Este último problema constitui o alvo de atenção do estudo do Prof. David Landes em seu último livro. A partir de uma análise da evolução histórica da economia mundial ao longo do último milênio, o autor se propõe a contribuir para o entendimento da questão: Por que algumas nações se tornaram tão ricas, em contraste com as muitas que se mantiveram tão pobres. Não por condolência, mas por interesse que também lhes são próprios, as mais ricas deveriam procurar participar do esforço ao combate à miséria dos mais pobres, observa o professor de Harvard na introdução do livro. Também, desde o início, assume o caráter eurocêntrico de sua visão: foram os europeus - incluindo, nos últimos dois séculos, seus descendentes norte-americanos - que lideraram as transformações do mundo que tanto lhes beneficiaram.

Landes é um especialista na história econômica européia e, mais ainda, em seus aspectos relacionados com as revoluções tecnológicas. Os capítulos em que analisa essas profundas transformações - desde os precedentes da Primeira Revolução Industrial até a evolução das inovações que levam à Segunda - constituem, a meu ver, a parte mais rica dessa importante obra. Por outro lado, o livro deve frustrar àqueles que buscam, a partir de sua leitura, uma compreensão dos problemas que provocam, nos dias de hoje, a existência de tão grande hiato entre as nações mais ricas e as mais pobres. Não que a análise histórica feita pelo autor deixe de elucidar a compreensão das origens dos problemas atuais. Mas ele também se propõe, nos últimos capítulos, a discutir questões mais específicas do mundo moderno; e neste aspecto sua análise se mostra mais frágil e incompleta.

A análise histórica apresentada por Landes, como não poderia deixar de ser, apresenta interpretações controvertidas. O eurocentrismo de sua análise, observou o autor em recente conferência, talvez seja o aspecto que mais tenha recebido críticas. Ao procurar discutir as origens das riquezas de umas nações com a pobreza de outras, o autor deixa claro, desde o início, que está se referindo à questão do desenvolvimento econômico diferenciado entre as nações. E desenvolvimento econômico, observa ele, é uma invenção européia. A superioridade atribuída à civilização européia deve, portanto, ser entendida sob essa ótica, que é ocidental.

Que o desenvolvimento econômico na segunda metade do milênio tenha sido superior para a civilização européia, é uma questão pouca controvertida; muito menos ainda no último quarto, a partir da Primeira Revolução Industrial. Mas Landes enxerga essa superioridade já na Idade Média, o que já é mais controvertido. Mesmo que não se concorde com sua interpretação, deve-se reconhecer que o autor reúne uma série de fatos históricos e argumentos que dão uma boa sustentação lógica a sua visão. Para entender a lógica de sua argumentação deve-se partir de sua explicação para o desenvolvimento.

O avanço da ciência e da tecnologia constitui, para Landes, a chave para a explicação do desenvolvimento da riqueza das nações. Neste aspecto, sua análise se assemelha à de Schumpeter. Mas Landes, muito mais que Schumpeter, dá uma especial ênfase à influência do ambiente cultural e institucional de cada nação para a explicação daquele avanço. Em divergência com muitos historiadores, considera a Idade Média, na Europa, uma época em que ocorreram inovações fundamentais para o progresso econômico e social. As grandes invenções não necessariamente ocorreram na Europa. É o caso do invento da pólvora, ocorrido na China, mas que só encontrou sua grande aplicação industrial (bélica) na Europa. Da mesma forma, a imprensa foi uma invenção chinesa, mas que teve sua grande difusão na Europa. O isolacionismo chinês e a segregação contra assimilação de avanços provenientes de culturas que não seguiam a mesma fé religiosa seriam fatores fundamentais para a explicação da interrupção dos surtos de desenvolvimento, e posterior decadência, respectivamente na China e na civilização islâmica. De outro lado, endossando plenamente a argumentação liberal, atribui à afirmação do direito de propriedade e à incipiente economia de mercado qualificações essenciais para explicar a superior capacidade empreendedora da civilização européia. Note-se que Landes não procura sustentar que, desde o século XI, não houvesse períodos em que outra civilização se mostrasse mais rica que qualquer uma das européias. Houve períodos de expressivos avanços técnicos, científicos e culturais em outras civilizações e destruição da economia européia na época da peste. O que sustenta é que enquanto nas primeiras o surto de desenvolvimento foi interrompido por diferentes razões, e seguido pela decadência, na Europa houve um processo quase contínuo de

inovações técnicas e desenvolvimento cultural, associados pelo autor à noção de desenvolvimento.

Na Europa, os casos de Portugal e Espanha (em alguns aspectos, também as cidades-estados italianas) constituem casos à parte. Tiveram o período de grande expansão com as descobertas do século XV e metade do XVI. Mas, de maneira que se assemelha a casos de outras civilizações, as perseguições religiosas, notadamente no período da Inquisição, constitui um elemento chave, na argumentação de Landes, para explicar a decadência e perda do poder para o norte da Europa. Isso teria ocorrido, em grande parte, pela perseguição aos judeus e cristãos-novos, tido pelo autor como o segmento com maior vocação empreendedora na Espanha, Portugal e suas colônias, e pela segregação da influência cultural proveniente de nações não-católicas. Landes não deixa de estabelecer uma ligação entre a decadência do Sul e a prosperidade do Norte Europeu em função da migração do judeu perseguido para regiões que adotavam uma postura política e religiosa mais liberal, notadamente a Holanda. Outro argumento em que se baseia para explicar o avanço do Norte sobre o Sul é a tese de Weber, que via na ética protestante/calvinista a explicação de um comportamento que conduzia o indivíduo ao sucesso nos negócios. Com isso, os países do Sul perdiam o trem da revolução científica, enquanto no Norte se iniciava um processo de acumulação de conhecimento científico e prático que levaria, sobretudo na Grã-Bretanha, a um paulatino, mas contínuo, conjunto de inovações técnicas, desenvolvimento cultural e mudanças institucionais que propiciaram as condições para a Primeira Revolução Industrial.

É a discussão sobre o período que se inicia com essas mudanças (século XVI) e vai até o século XIX que me parece mais rica na obra de Landes. Mais interessante do que a descrição dos detalhes da Revolução Industrial - pois estes já foram amplamente discutidos na literatura - é sua interpretação sobre seus precedentes, porque ela viria acontecer inicialmente naquele lugar (Grã-Bretanha), naquela época (último quarto do século XVIII), bem como sobre os desenvolvimentos posteriores que, um século mais tarde, levariam a liderança industrial para a Alemanha e Estados Unidos (que a indústria da Nova Inglaterra já se mostrasse mais produtiva que a de sua antiga metrópole em 1820, como anota o autor, com base em outras fontes, parece-me pouco sustentável).

Alguns aspectos da instigante análise de Landes sobre a Revolução Industrial merecem ser ressaltados. O termo “revolução” deve ser entendido, neste caso, no sentido de profundas - e não de rápidas - mudanças. É errônea a idéia, por muitos propagada, de que as mudanças ocorreram repentinamente, mostra o autor com uma rica exposição das sucessivas inovações. O desenvolvimento técnico continuava precedendo a sua explicação científica (somente no final do século XIX isso se

inverteria). São as profundas alterações na forma mais eficiente de produção que chamam atenção para aquele período.

Um segundo ponto da análise desse período está diretamente associado ao tema do livro. Landes observa que a partir da Revolução Industrial foi aumentando o abismo entre as nações ricas e pobres. As primeiras foram aquelas que se industrializaram no fim do século XVIII (Grã-Bretanha) e ao longo do XIX; as segundas ficaram praticamente marginalizadas nesse processo. Este aspecto está logicamente associado ao ponto chave na explicação do autor para o desenvolvimento das nações: inovações tecnológicas, por sua vez explicada pela capacidade empreendedora de seu povo, sendo esta associada a aspectos culturais e institucionais. Esse argumento constitui o ponto central na explicação do autor para a diferença no estágio de desenvolvimento dos Estados Unidos em relação às novas nações da América do Sul na época de suas respectivas independências políticas. Tanto no Brasil, por exemplo, como nos Estados Unidos a industrialização doméstica era fortemente reprimida (talvez mais em nosso caso) pelas respectivas metrópoles na época da colônia. No entanto, a vocação empreendedora do povo norte-americano dava-lhe maior iniciativa de resistência, possibilitando-o, por exemplo, promover uma moderna indústria de armamentos, que teria importância fundamental na Guerra da Independência. No Brasil colonial, ao contrário, a herança cultural (reforçada pelas conseqüências da perseguição religiosa desde a época da Inquisição) apontava em direção oposta. Sob este aspecto, pode-se concluir que os países ricos não teriam qualquer culpa em relação ao nosso atraso relativo, que se aprofundaria ao longo do século XIX.

O mesmo não se pode dizer quanto a outro aspecto considerado na análise de Landes, qual seja, o conceito do imperialismo (por ele identificado com o do colonialismo). Ele próprio já escrevera dois artigos sobre o tema. O imperialismo não é considerado sob o ângulo de uma interpretação marxista da evolução do capitalismo (mesmo porque, salienta o autor, ele é muito anterior ao capitalismo), mas como um reflexo “*de um profundo impulso humano*”: o desejo de um grupo forte dominar outro mais fraco. Mas o imperialismo (ou colonialismo) não envolve apenas aspectos maus para os povos dominados, observa o autor; estes também obtêm ganhos, mesmo que resultantes dos interesses próprios da nação dominadora. Estados Unidos, em sua época de colônia, como Coréia do Sul e Taiwan em tempos recentes, seriam exemplos de casos em que os ganhos parecem ter superados as perdas. Numa conclusão com respeito a países colonizadores, que me parece bastante equivocada, cita o exemplo da saída da Grã-Bretanha da Índia e da Palestina no Pós-Guerra: “*Para desapontamento dos doutrinários anticolonialistas, as nações ex-imperiais não sofreram nenhum pouco com a perda desses territórios. Muito pelo contrário.*” (p. 494) Ao fazer esta anotação após observar um persistente conflito, desde o século passado, entre a teoria antiimperialista e a realidade, Landes parece

que também questiona as vantagens que a colonização da Índia trouxe para a indústria britânica no passado.

De certa forma relacionada com o conceito de imperialismo que adota, a teoria da dependência difundida na América Latina não chega a ser refutada por Landes. Mas, numa curiosa reflexão, conclui que essas doutrinas “*são más para o esforço e a moral. Ao instigarem uma mórbida propensão para atribuir as culpas a todo o mundo menos àqueles que a denunciam, essas teorias promovem a impotência econômica.*” (p. 370)

Passando para a análise dos três últimos capítulos, nos quais aborda o período mais recente, é estranho que Landes não discuta a questão financeira, que é essencial para se entender o aspecto do imperialismo que mais chama a atenção nos dias de hoje e que muito tem a ver com a atual divergência entre as tendências de alterações da riqueza dos países ricos e dos pobres. Não só a liderança mundial da economia norte-americana nos últimos tempos tem sido sustentada pela esfera financeira, como tem se evidenciado (talvez, de forma mais clara, após a conclusão do livro) os efeitos perversos da liberalização das relações financeiras mundiais sobre a economia dos países em desenvolvimento (os mais pobres podem, até, estar marginalizados desse processo). Landes pode estar correto ao apontar as políticas equivocadas adotadas por países da América Latina como principais responsáveis pelas crises de endividamento. Mas, num exagerado apego aos princípios do liberalismo, conclui: “*Agora, porém, os bancos estão mais prudentes, e os organismos financeiros internacionais vinculam seu apoio a reformas fiscais e comerciais na direção da abertura. A palavra de ordem é ‘ajustamento’ - por certo uma boa coisa. Um mercado mais aberto é uma força propícia à racionalidade e eficiência, um reordenamento da atividade econômica na direção da vantagem comparativa...*” (p. 558)

Ao fazer uma irrestrita defesa da política de livre comércio externo para os países que se industrializam nos dias de hoje, Landes se mostra incoerente com sua análise histórica sobre fatos e teoria. Não no que se refere a “*uma força propícia à racionalidade e eficiência*”, o que tem um aspecto de veracidade inquestionável e é compatível com a visão do autor de que a economia de mercado é um elemento favorável às inovações tecnológicas. Mas sua análise histórica também salienta um outro aspecto, também difícil de ser refutado, mas que é deixado de lado em sua avaliação atual para a América Latina: para promover a industrialização, um país não tem condições de adotar uma política de livre comércio. A defesa do livre comércio por economistas britânicos no final do século passado, quando seu país já perdia a liderança industrial, é atribuída pelo autor a uma questão de fé religiosa em princípios sagrados da teoria estática, cujos resultados práticos já se mostravam duvidosos para o país. (p. 508-9) Defende amplamente a lucidez da política protecionista adotada pela Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha e Japão nas

respectivas fases de industrialização, até que se sentissem suficientemente fortes para não se preocuparem com a concorrência internacional. “*Não façam como eu fiz; façam como eu posso permitir-me fazer agora*”, comenta ironicamente o autor ao referir-se à posição da Grã-Bretanha e Estados Unidos quando já superada a fase de industrialização. (p. 297) “*Felizmente para os futuros Estados Unidos da América, os colonos tiveram, de fato, manufaturas, e Alexander Hamilton, entre outros, entendeu que a vantagem comparativa de hoje pode não ser a de amanhã*”, comenta Landes (p. 346), para depois contrastar, citando Celso Furtado, a posição do histórico líder político norte-americano com a do Visconde de Cairu no Brasil, que “*acreditava supersticiosamente na mão invisível.*” (p. 353)

Enfim, suas reflexões no final do livro, quando observa que a história não fornece uma resposta simples sobre a melhor política para se combater a pobreza, atenua a observada incoerência: no acirrado debate entre intervencionismo e liberalismo, a história das nações é uma clara “*mistura de prós e contras*”.

Um comentário final pode ser feito com respeito à análise do autor sobre as origens do forte contraste que se observa nos dias de hoje entre as nações ricas e pobres, e as formas concebíveis para atenuá-lo. O argumento de que as políticas inadequadas adotadas por países pobres são responsáveis por parcela considerável dessa divergência é irrefutável; o aspecto da herança cultural também mostra-se convincente. Ambos os fatores indicam nossa (países pobres) forte responsabilidade no combate à própria miséria. Mas Landes também aponta, corretamente, a parcela de culpa dos países ricos, e reafirma, em suas reflexões finais, que estes “*têm uma obrigação contínua moral ainda mais do que previdente, para com os menos afortunados.*” (p. 592) Mas o autor não se aventura a sugerir formas de ajuda, alegando falta de capacidade para tal. Poderia acrescentar que iniciativas individuais de países ricos, mormente após o fim da Guerra Fria, parece uma utopia. Restaria, então, a hipótese - não tratada pelo autor - de uma atuação coletiva a partir da criação de um forte organismo internacional, pois aqueles que hoje existem têm pequeno poder efetivo ou têm objetivos diferentes e atuação cada vez menos compatível com uma melhor distribuição da riqueza entre nações. Isso, evidentemente, não eliminaria o problema apontado pelo autor: a falta de uma resposta clara, por parte da análise histórica, para a definição de uma política mais adequada para o combate à pobreza das nações.